Publicado em 07/08/2024 - 05:54

Empresas receberam 26% do crédito emergencial anunciado após a cheia

RBS TV, REPRODUÇÃO

Na indústria Fontana SA, de Encantado, no Vale do Taquari, somente três das 13 linhas de produção estão em funcionamento

ZH publica, a partir de hoje, série de reportagens que mostra como está a reconstrução do RS em oito áreas essenciais. Nos **recursos a empresas, rigor excessivo nos critérios** para acesso a linhas de financiamento e falta de flexibilização afastam a ajuda aos empresários, segundo entidades

Só 26% do crédito emergencial chega ao empresariado

Anderson Aires
anderson.aires@zerohora.com.br

Beatriz Coan
beatriz.coan@zerohora.com.br

Após a enchente de maio, a ajuda financeira ao setor produtivo chega em ritmo distante do necessário para a retomada do Estado. Só 26,38% do crédito anunciado para empresas foi pago, segundo dados do Painel da Reconstrução, do Grupo RBS. Conforme representantes de entidades patronais, rigor excessivo nos critérios para acesso a linhas de financiamento e falta de flexibilização são os principais fatores que afastam a ajuda.

Desde o início da enchente, foram anunciados R$ 58,887 bilhões para auxiliar empresas afetadas pela inundação. Desse total, R$ 15,533 bilhões foram pagos, segundo dados do painel, ferramenta abastecida pelos portais de transparência estadual e federal. O dado leva em conta linhas de crédito e recursos novos usados para cobrir os principais auxílios anunciados.

Os maiores valores estão no âmbito da União. Dois dos principais aportes simbolizam o ritmo lento na transferência do recurso. No BNDES Emergencial, 53% dos R$ 15 bilhões foram transferidos a instituições bancárias dois meses após o anúncio do programa. Esse percentual mostra o que foi repassado aos bancos, sem detalhamento do que foi contratado.

O vice-presidente de micro e pequenas empresas da Federasul, Douglas Ciechowicz, afirma que uma das principais barreiras está nos critérios de garantias. Como muitos empreendimentos tiveram suas principais garantias arrastadas pela força da água, ficam de fora do benefício, aponta.

Para Claudio Bier, presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), governo e bancos precisam flexibilizar as exigências. A cheia que atingiu o RS provoca a necessidade de medidas excepcionais de auxílio, diz.

No Pronampe Solidário, só 9,21% do total anunciado pelo governo federal chegou às empresas. Esse percentual leva em conta o que foi contratado.

Em Encantado, no Vale do Taquari, a Fontana SA, indústria de produtos de higiene e limpeza, foi atingida pelas enchentes de setembro e novembro de 2023 e pela de maio deste ano, com prejuízo estimado de R$ 34 milhões. Ricardo Fontana, sócio da empresa, relata que foi pedido recurso desde a cheia de setembro, mas só foi obtido acesso a crédito normal do mercado, e por isso se endividaram. O único recurso que receberam até agora foi o auxílio do governo federal para pagar dois salários mínimos dos seus cerca de 220 funcionários. A empresa tem 13 linhas de produção, mas só três estão funcionando hoje.

Colaborou Gabriel Costa/RBS TV

Os dados

CRÉDITO AO SETOR PRODUTIVO DO RS

Total anunciado	R$ **58,88** bilhões
Pago	R$ **15,53** bi (**26,38%**)
Restante anunciado	R$ **43,35** bi (**73,62%**)

CONEXÃO DIGITAL

Painel da Reconstrução

Confira detalhes de todo o dinheiro público e privado direcionado para iniciativa e obras de reformas em razão do impacto da enchente em maio no Rio Grande do Sul

Crítica à burocracia e às exigências

O presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado (Fecomércio RS), Luiz Carlos Bohn, afirma que a burocracia para ter acesso às linhas de crédito segue como um dos principais problemas. O tempo de espera para o pagamento após a contratação também trava a recuperação das empresas, relata. E destaca que excesso de garantias e exigências fiscais para se enquadrar nos programas travam o processo para pequenas empresas.

No agro, o principal pedido ocorre no âmbito da repactuação das dívidas rurais. No último dia 31, o governo federal publicou medida provisória que oferece desconto para liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural.

O economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Antônio da Luz, afirma que o setor pede algumas alterações na medida, como a inclusão de danos causados pela estiagem, créditos livres e mudanças no limite orçamentário. Caso isso não ocorra, vai comprometer o setor, travando recuperação e acesso a recursos novos, avalia.

Os argumentos do ministro

Questionado por Zero Hora, o ministro da Reconstrução, Paulo Pimenta, afirma que o governo federal tomou a decisão de desnegativar as empresas afetadas, mas o Congresso incluiu na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um artigo que proíbe a medida. Conforme o ministro, nova tentativa para permitir a desnegativação foi enviada ao Legislativo.

Sobre as reclamações de que empresas que foram menos atingidas e, consequentemente, tinham mais possibilidades de oferecer garantias estavam sendo favorecidas na hora da contratação do crédito, Pimenta ressalta que "o governo não faz análise de crédito", apenas "repassa o recurso".

– Quem opera isso é o Banrisul, o Banco do Brasil, a Caixa Federal, as cooperativas de crédito. Nós repassamos o recurso com 1% ao ano. Agora, análise de crédito, nós temos 30 mil empresas que já contrataram ou Pronampe Solidário ou recurso do BNDES – diz o ministro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.